



**Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Gestão Ambiental**

Campus Nilópolis

Leilane Fasollo de Azevedo

**USOS E GESTÃO DO CAMPO DE INSTRUÇÃO DO GERICINÓ (RJ):
histórico, presente e perspectivas.**

Nilópolis – RJ

2016

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO RIO DE JANEIRO**

**Programa de Pós-Graduação Latu Sensu
Especialização em Gestão Ambiental**

Campus Nilópolis

Leilane Fasollo de Azevedo

**USOS E GESTÃO DO CAMPO DE INSTRUÇÃO DO GERICINÓ (RJ):
histórico, presente e perspectivas.**

Nilópolis – RJ

2016

A994u Azevedo, Leilane Fasollo de.

Usos e gestão do campo de instrução do Gericinó (RJ) : histórico, presente e perspectivas / Leilane Fasollo de Azevedo ; orientador: Manoel Ricardo Simões - Nilópolis, RJ: IFRJ, 2016.

51 f. : Il. ; 30 cm

Trabalho de conclusão de curso (pós-graduação) - Instituto Federal Rio de Janeiro - IFRJ, Programa de Pós – Graduação em Gestão Ambiental, 2016.

1. Área de Proteção Ambiental – APA. 2. Campo de instrução do Gericinó (CIG) – Nilópolis (RJ). 3. Exército (Brasil). 4. Gestão ambiental - Especialização. I. Simões, Manuel Ricardo, **orient.** II. IFRJ. III. Título.

**USOS E GESTÃO DO CAMPO DE INSTRUÇÃO DO GERICINÓ (RJ):
histórico, presente e perspectivas.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* – Especialização em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de especialista em Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Doutor Manoel Ricardo Simões.

Nilópolis – RJ

2016

Leilane Fasollo de Azevedo

USOS E GESTÃO DO CAMPO DE INSTRUÇÃO DO GERICINÓ (RJ): histórico, presente e perspectivas.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* – Especialização em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de especialista em Gestão Ambiental.

Data de aprovação: 16 de fevereiro de 2016.

Prof. Doutor Manoel Ricardo Simões (orientador)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Prof. Cristina Maria Teixeira Soares Carneiro
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Prof. Danielle Frias Ribeiro Bisaggio
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Nilópolis – RJ

2016

Dedico esse trabalho aos meus pais Renan e Eliana, que me criaram, me educaram e sempre incentivaram meus estudos e minha carreira profissional.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem Ele nada disso seria possível.

Aos meus pais por toda dedicação e incentivo.

Ao meu namorado Luiz Guilherme pela paciência, por escutar meus lamentos e desesperos até a conclusão deste TCC, obrigada por me encorajar e acreditar sempre na minha competência.

Ao meu orientador Manoel Ricardo, pelo auxílio desde o início, pela presença e colaboração com todo seu conhecimento.

A todos os professores da pós que com muita competência passaram um pouco de todo seu conhecimento.

Ao Exército, quartel do CIG, por terem me recebido muito bem e ajudado na pesquisa para a produção deste trabalho. Especialmente ao Major Abtibol por toda receptividade e ao Sargento Machado pelas informações prestadas.

Ao superintendente de meio ambiente Anderson Ouro por ter me recebido na Secretaria de Meio Ambiente de Nilópolis e ajudado com importantes informações sobre o Parque Natural do Gericinó.

Agradeço a todos os amigos por estarem comigo me apoiando sempre e se alegrando com as minhas conquistas. E pela ajuda dos amigos Jaime e Gláucio com seus conhecimentos a respeito da área estudada.

Quero agradecer também aos meus colegas de curso por todas as trocas, por todos os momentos, de desespero, de alegria e de risadas vivenciados, por alegrarem as aulas de quinta à noite e sábado pela manhã, adorei participar de uma turma com pessoas tão incríveis.

Muito Obrigada!

“Todas as coisas da criação são filhos do Pai e irmãos do homem... Deus quer que ajudemos aos animais, se necessitam de ajuda. Toda criatura em desgraça tem o mesmo direito a ser protegida.”

São Francisco de Assis

AZEVEDO, L.F. *Usos e gestão do Campo de Instrução do Gericinó (RJ): histórico, presente e perspectivas*. xx p. Trabalho de Conclusão de Curso. Programa de Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em Gestão Ambiental, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, Nilópolis, RJ, 2016.

RESUMO

O presente trabalho trata sobre o Campo de instrução do Gericinó (CIG), que está localizado junto a Área de Proteção Ambiental (APA) Gericinó- Mendanha e está sob a tutela do Exército Brasileiro (EB). Parte da área do CIG, pertencente ao EB foi cedida à Nilópolis em 2009, onde hoje existe o Parque Natural Municipal do Gericinó. O estudo realizado teve como objetivo analisar como ocorre gerenciamento da área do CIG tanto pelo Município de Nilópolis quanto pelo Exército Brasileiro, saber quais são os conflitos entre as propostas para a área em questão e propor um modelo de gestão visando o atendimento a legislação e a melhoria do desempenho ambiental. Para isso, foi considerado todo o histórico da área do Campo de Instrução do Gericinó e da ocupação da área do entorno. Foram realizadas visitas ao local para o levantamento de documentação, legislação pertinente e informações sobre a área do CIG. Com os dados coletados obteve-se uma análise da atual gestão da área e foram identificadas algumas divergências, como conflitos entre as propostas do Plano Diretor do Município, do Plano de Manejo do Parque e as expectativas do EB. A área do Campo de Instrução do Gericinó dentro de Nilópolis está como Zona de Amortecimento do Parque Natural do Gericinó (PNG), além de a área ter características geomorfológicas que inviabilizam construções no local. Portanto destaca-se a importância de uma revisão tanto do Plano de Manejo quanto do Plano Diretor e de um Plano de Gestão ambiental para a área, definindo seu zoneamento e identificando as reais possibilidades de uso para a área do CIG.

Palavras - Chave: Gestão territorial, Gericinó, Exército Brasileiro, Nilópolis.

AZEVEDO, L.F. *Usos e gestão do Campo de Instrução do Gericinó (RJ): histórico, presente e perspectivas*. Xx p. Trabalho de Conclusão de Curso. Programa de Pós-Graduação Latu Sensu – Especialização em Gestão Ambiental, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, Nilópolis, RJ, 2016.

ABSTRACT

The presente work is about Campo de instrução do Gericinó (CIG), which is located at the Environmental Protection Area (APA) Gericinó- Mendanha and is under the supervision of the Brazilian Army (EB). A portion of the CIG área, belonging to the EB, was ceded to Nilópolis in 2009, where today there is the Municipal Natural Park Gericinó. The study aimed to analyze how occurs CIG area management by both the City of Nilópolis as the Brazilian Army, know what are the conflicts between the management proposals in the area in question and propose a management model aiming to comply with legislation and and improvement of the environmental performance. For this, it considered the entire history of the CIG and the surrounding area of occupation. Visits were made at the local for documentation survey, relevant legislation, and information about the CIG area. With the collected data was obtained an analysis of the current management of the área and identified some differences, as conflicts between the proposals of the Director Plan of the City, the Park Management Plan and expectations of EB. The CIG area inside Nilópolis is buffer zone of the Natural Park Gericinó (PNG), Moreover the area has geomorphological features that prevent construction on site. So it is important to review both the Management Plan as the Director Plano of the City and an environmental management plan for the area, determining zoning and identifying the actual possibilities of use for the area of the CIG.

Keywords: territorial management, Gericinó, Brazilian Army, Nilópolis.

LISTA DE ABREVIATURA

APA – Área de Proteção Ambiental

CIG – Campo de Instrução do Gericinó

CI – Campo de Instrução

DE – Divisão de Exército

DEGAEB – Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro

EB – Exército Brasileiro

INEA – Instituto Estadual do Ambiente

OM – Organização Militar

PNG – Parque Natural do Gericinó

PBGA - Planos Básicos de Gestão Ambiental

PGA – Plano de Gestão Ambiental

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPU – Secretaria de Patrimônios da União

UC – Unidades de Conservação

ZA – Zona de Amortecimento

Sumário

1. INTRODUÇÃO	13
2. HISTÓRICO	17
2.1. Histórico do município de Nilópolis	17
2.2. Histórico do Campo do Gericinó	20
2.3. Relação do CIG com a população de Nilópolis	23
3. GESTÃO DO TERRITÓRIO	25
3.1. Unidades de conservação e Zona de Amortecimento	25
3.2. Gestão e planejamento da área do CIG pelo Exército	27
3.2.1. A atual conjuntura do território sob a responsabilidade do Exército	29
3.2.2. Perspectivas do Exército para com o CIG	31
3.3. Gestão e planejamento da área do CIG que pertence a Nilópolis	31
3.3.1. Plano diretor do município e o Gericinó	31
3.3.2. O que já existe na parte cedida ao município	34
3.3.3. Atuais perspectivas do município em relação à área do CIG	40
4. CONFLITOS E CONTRADIÇÕES	41
5. CONCLUSÃO	45
6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	49

1. INTRODUÇÃO

O Campo de instrução do Gericinó é uma área que está localizada junta a Área de Proteção Ambiental (APA) Gericinó- Mendanha e está sob a tutela do Exército Brasileiro (EB), subordinada ao Comando Militar do Leste/ 1ª Divisão de Exército e é destinada a atividades de instrução Militar. As atividades de instrução em Gericinó datam do final do século XIX- 1899, como parte da Reforma Militar (Plano de Manejo PNG, 2011). Hoje pela importância que tem na formação do Combatente Básico e no adestramento das Organizações Militares e Estabelecimentos de Ensino é a própria razão de ser da Vila Militar (Plano de Manejo PNG, 2011).

Nilópolis é um município da Baixada Fluminense que faz limite com o CIG, possui uma área total de 19,4 km² sendo que 10,4 km² estão dentro do CIG e apenas 9 Km² dessa área são ocupados pelos 158.309 moradores da região, gerando uma densidade demográfica de 8.117,62 habitantes por Km² (IBGE,2014).

Em 2008, foi cedida pelo Centro de Instrução do Gericinó, pertencente ao EB, uma área à Nilópolis sob a condição de o município criar um Parque Natural. Em 2011 foi assinado um termo de reversão de área do Exército para a Secretaria de Patrimônios da União (SPU) e depois de cumprido o acordo relacionado ao uso da área, a SPU faz a cessão da área da União ao município de Nilópolis. Hoje, nessa área se localiza o Parque Natural do Gericinó que é uma unidade de conservação de proteção integral, criada pelo Governo Municipal de Nilópolis. Portanto, tanto o Exército quanto Nilópolis possuindo áreas do CIG sob sua gestão, é dever de ambos gerenciar a área de forma a ser usada adequada e sustentavelmente.

A área do entorno do Campo de Instrução do Gericinó situa-se numa região onde a expansão urbana encontra-se em processo acelerado, sendo a procura da Baixada Fluminense como alternativa de moradia uma das principais causas. A pressão para a ampliação da área urbana para moradia é muito grande, porém o assunto foi bastante discutido no que diz respeito à criação do Parque Natural do Gericinó (Plano de Manejo PNG, 2011). A criação do Parque impede o avanço de habitações irregulares evitando uma ocupação desordenada na área do CIG, além de permitir a preservação e conservação da cobertura vegetal no município e também evitar a exposição da população às atividades executadas dentro do CIG.

O CIG faz limite com uma área definida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como de uso sustentável, a APA Gericinó Mendanha; e a parte que está dentro da área do município de Nilópolis é definida como zona de amortecimento do Parque

Natural do Gericinó pelo seu plano de manejo. O SNUC é o conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais, compostas por 12 categorias. Nas quais os objetivos específicos se diferenciam de acordo com os usos permitidos se diferenciando em 2 grupos principais: Uso sustentável e Proteção integral (Lei 9.985/00).

As categorias de proteção integral têm o objetivo principal de preservar a natureza, sendo apenas admitido o uso indireto dos seus recursos naturais, e as de uso sustentável tem como objetivo principal compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcelas seus recursos naturais, ou seja, permite o uso, mas com algumas restrições.

Na parte cedida ao município de Nilópolis, onde funciona o Parque Natural do Gericinó (PNG), por ser um Parque Natural o uso já é bem mais restritivo, já que se enquadra na categoria de unidades de proteção integral, porém se não houver uma boa gestão e fiscalização por parte do município a área acaba ficando disponível para ocupações irregulares, visto que é limítrofe ao município.

O entorno de uma UC (exceto APA e reserva particular do patrimônio natural (RPPN)), neste caso, do Parque Natural do Gericinó, é considerado Zona de Amortecimento (ZA), onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (Art. 2o., XVIII da Lei 9.985/00).

As regras restritivas da ZA devem contextualizar e justificar a proteção do recurso natural existente na área envoltória da unidade de conservação, para garantir os fluxos, mesmo que não sejam criadas novas UCs (FURLAN, 2015).

Levando em conta que o planejamento de zonas de amortecimento de Unidades de conservação vem sendo polemizado desde sua definição no SNUC em 2000, a ZA ainda constitui uma região muito mal regulamentada pelos órgãos gestores de unidades de conservação, retirando-se a possibilidade de eficácia deste importante instrumento jurídico de preservação ambiental (SMOLENTZOV, 2013).

Para o Município de Nilópolis o CIG é uma área de bastante interesse ambiental, e relevante a ser estudado, já que há aquíferos e uma grande diversidade de fauna e flora, além do fato de estar num ecossistema de baixada, que poderá compor a conectividade com as áreas ainda preservadas dos maciços (Serra do Mendanha e Pedra Branca), num ambiente de entorno altamente urbanizado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que exerce grande pressão para expansão (Plano de Manejo PNG, 2011). Com isso, sugestões de gestão podem ser discutidas para um melhor aproveitamento e utilização da área do campo de instrução.

Atualmente, a área do CIG possui diversas partes cedidas, tanto a municípios, dentre eles Nilópolis, quanto para desenvolver projetos do próprio governo federal. Tanto o Exército quanto o município de Nilópolis, que é a cidade alvo para esse estudo, possuem responsabilidades sobre essa área. Por isso é importante saber como que está sendo desenvolvida a gestão ambiental dessa área e quais são as propostas de ambos em relação ao território.

O gerenciamento adequado evita diversas complicações, tanto ambientais quanto sociais. Por fazer parte de uma APA (APA Gericinó- Mendanha), o Campo de Instrução do Gericinó precisa ter o seu uso sustentável. Se não houver um planejamento de uso para essa área a pressão do crescimento urbano pode acabar afetando a área do CIG, com construções irregulares, determinadas atividades do Exército ou nas áreas cedidas podem ser produzidos resíduos pela população vizinha, que acabam sendo descartados na própria área do CIG.

É de competência do município gerir a área a ele cedida e realizar planos de gestão para o CIG, como está definido no Plano Diretor de Nilópolis, que será estudado e detalhado mais a frente, para avaliar se a estratégia de planejamento é de fato eficiente. É também responsabilidade do EB a parte que a ele pertence, que é usada para instrução de militares, marcha, acampamento, treinamento de tiro, dentre outras atividades. Por isso é importante também pesquisar quais são as perspectivas do Exército em relação a essa área, já que existem algumas áreas que já vêm sendo utilizadas há algum tempo para armazenamento e transposição de água, por exemplo, e também para construções ligadas às olimpíadas.

O Plano Diretor do Município de Nilópolis (2006) reserva dois capítulos para falar sobre a ocupação planejada da área do Gericinó colocando propostas de uso que, analisadas mais detalhadamente, provavelmente não condizem com o uso adequado para uma zona de amortecimento de um Parque Natural e para uma APA.

Já o Plano de Manejo do Parque Natural do Gericinó (2011), traz a questão da preservação da APA Gericinó-Mendanha, que com a pressão urbanística do entorno estava sofrendo degradações através de diversos processos como; construções irregulares na área, destinação inadequada de lixo no local, dentre outros. O Parque Natural, criado pelo município na área cedida pelo EB, seria uma forma de preservação e conservação da área.

Em relação ao Exército, também existe um histórico de preocupação com a gestão ambiental das áreas sob jurisdição do EB. Em 2001, foi publicada a portaria nº 570 que aprova a política de gestão ambiental do EB (PGAEB), tendo como premissas a prevenção, preservação, conservação e recuperação de suas áreas.

Além da portaria nº 570, também foram publicadas outras como a nº 571 de 2001 e a nº 050 de 2003, que tratam de estratégias de gestão ambiental do EB e orientação para elaboração de planos de gestão ambiental, respectivamente.

Sendo a área do CIG muito antiga, até mesmo anterior ao crescimento urbano do Município de Nilópolis, é necessário que haja um estudo que avalie a gestão tanto a nível governamental, no caso do município, quanto a nível empresarial, pois o EB é uma instituição nacional permanente e também gestor de espaços territoriais tutelados a ele (GUIMARÃES, 2008).

Este trabalho tem como objetivo estudar como acontece a gestão da área do CIG tanto pelo Município quanto pelo EB e fazer uma análise comparativa das propostas de gestão da prefeitura e do exército em relação ao CIG. Em relação ao Exército, como esse tem gerenciado a área que está sob sua responsabilidade, se existem outras áreas cedidas e se pretendem ceder mais alguma área para o Município de Nilópolis. E quanto ao Município de Nilópolis, o que este tem de planejamento para área já cedida e se caso receber mais alguma área do Exército, quais são as perspectivas de uso. E por fim, conflitar as duas propostas de gestão, analisar as divergências e os pontos em comum e sugerir formas de adequação para o uso e gestão do território em questão.

O presente trabalho está dividido em três partes. A primeira se dedica ao histórico, tanto de Nilópolis quanto do Campo de Instrução do Gericinó, tendo o objetivo informar como se deu a formação e ocupação dessas áreas ao longo do tempo, e ainda descrever como era e como é a relação da população do município com a área do CIG desde o início do povoamento da cidade até os dias de hoje.

A parte seguinte tratará da gestão do território, com foco na gestão tanto do EB quanto de Nilópolis em relação ao Campo de Instrução. Será feito um apanhado geral da atual conjuntura do território e das perspectivas dos órgãos gestores para com a área em questão. Também será abordado o que já existe atualmente na área cedida ao município pelo Exército, o Parque Natural do Gericinó.

A última parte será dedicada aos conflitos e contradições entre os órgãos gestores e as esferas de governo (União, Estado e Município) tratadas ao longo do trabalho, ou seja, tratará sobre quais são os objetivos em comum e quais são os pontos que divergem em relação à gestão da área. Será comparado o Plano diretor do Município com o Plano de Manejo do PNG, que são da mesma esfera de governo; os objetivos do Plano Diretor com as intenções do

Exército em relação ao CIG; a proposta de criação de um Parque Estadual com a insatisfação do EB em relação à criação do Parque; entre outras.

Para concluir, o trabalho reunirá um balanço das divergências encontradas, tentando buscar pontos em comum para, então, propor um sistema de gestão mais adequado para o CIG, levando em consideração às restrições de uso de uma zona de amortecimento, já que o mesmo se encontra inserido numa desta, ao mesmo tempo em que também se busca atender as condições tanto do município quanto do Exército.

2. HISTÓRICO

2.1. Histórico do município de Nilópolis

A cidade de Nilópolis foi parte integrante da capitania hereditária de São Vicente, que pertenceu a Martin Afonso de Souza, em 1531. Nesta sesmaria incluía-se Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Caxias, até partes do que seria o Gericinó que depois foram se transformando em novas sesmarias e grandes fazendas.

Em 1621, esta área denominada Fazenda de São Mateus veio a pertencer a João Álvares Pereira. E, em 1637, João Álvares Pereira mandou construir a Capela de São Mateus, no alto de uma colina em Nilópolis.



Figura 1: Igreja São Mateus em Nilópolis

Diogo Pereira sucedeu a João Álvares Pereira até o ano de 1700, quando as terras passam a pertencer a Domingos Machado. Em 1747, a capela de São Mateus é elevada a matriz de São João de Meriti, dando origem à cidade. Falecendo Domingos Machado Homem, sucede-lhe o padre Matheus Machado Homem, que continuou a administrá-la com engenho e grande produção de açúcar e aguardente, que escoava pelo porto da Pavuna. E no ano de 1779 seu proprietário é o alferes Ambrósio de Souza Coutinho, e a fazenda atinge seu esplendor com a produção de 30 caixas de açúcar e 14 pipas de aguardente, tendo uma população de 50 escravos, sendo a mais importante da região. (Site: <http://www.nilopolis.rj.gov.br/a-historia/>).

Em 1855, a Estrada de Ferro Dom Pedro II, mais tarde denominada central do Brasil (EFCB), teve a sua construção iniciada. Em março de 1858 é inaugurado o trecho inicial da ferrovia que saía do Campo de Santana, onde se localizava a estação de Aclamação (depois Central), até a estação de Benedito Ottoni (atual Queimados). Mesmo com a inauguração da linha de passageiros em 1870, pouca coisa muda nestes lugares até o final do século XIX, quando se inicia a expansão urbana do Rio em direção a Baixada. Como não podia deixar de ser, os loteamentos se iniciam no entorno das estações mais próximas do Distrito Federal. Na EFCB a primeira estação na Baixada Fluminense era Engenheiro Neiva, futura Nilópolis (SIMÕES, 2011).

A partir de 1866, as terras da Fazenda São Matheus tinham como proprietários os capitalistas do Rio de Janeiro, o conde e o Barão de Bonfim, e por fim, Jerônimo José de Mesquita, que negociou com o criador de cavalos e mulas João Alves Mirandela. Já no início do século XX, João Alves Mirandela e seu irmão Manuel Alves Mirandela, grandes criadores de animais para o Exército, cercaram uma área, junto a cerca da fazenda do Gericinó, até que seu enteado Vitor Ribeiro de Faria Braga, convenceu-os a desmatar a fazenda para um possível loteamento (Site: <http://www.nilopolis.rj.gov.br/a-historia/>). O primeiro loteamento se forma com o retalhamento de parte das terras de João Mirandela em 1913 (PRADO, 2000). Pode-se afirmar que esse foi o primeiro loteamento urbano da Baixada Fluminense que surgiu em função do transporte ferroviário.

A ocupação do loteamento promove um aumento da população que passa a reivindicar a elevação da localidade a condição de distrito. Isto ocorre em 1916, quando da redefinição da divisão territorial do agora município de Nova Iguaçu. Engenheiro Neiva passa a ser o 7º distrito (SIMÕES, 2011).

Nessa época, a I Guerra Mundial chegava ao fim, e deixava como saldo inúmeras dificuldades, inclusive financeiras. Com a facilidade da venda dos lotes, importantes homens de negócios foram adquirindo terras, construindo e se fixando. Até as pessoas com um menor poder aquisitivo, também tiveram a sorte de adquirir os lotes menores e, portanto, mais baratos. Não demorou muito para que a fazenda se transformasse num povoado ainda denominado de São Matheus e integrado a São João de Meriti, que era na época o 4º distrito de Nova Iguaçu. Em 1921, numa estratégia que junta bajulação política e marketing imobiliário, os proprietários de loteamentos mudam o nome da estação e do distrito para Nilópolis em homenagem ao Presidente Nilo Peçanha, afirmando assim, uma nova identidade.

A partir de 1930 a cidade passa a receber imigrantes que alteram o quadro político da cidade. Primeiro chegam os judeus, comerciantes que enriquecem, mas logo depois deixam a cidade sem tornar-se um grupo político definido. No mesmo período chega um outro grupo que vai se tornar referência na cidade, os sírio-libaneses e entres esses, as famílias, Abrão, David e Sessim. Ainda neste período chegam os primeiros migrantes do Nordeste, Minas e do interior do Estado do Rio de Janeiro, que formarão a massa moradora do município e de onde sairão algumas lideranças políticas locais.

Aproveitando-se da instalação da Assembleia Constituinte estadual em 1946, o Deputado Lucas de Almeida Figueira apresentou o projeto de emancipação de Nilópolis e São João de Meriti. Como a emenda é rejeitada num primeiro momento, ele a reapresenta e consegue articular com seus pares a sua aprovação e a transformação do distrito em município. E em 21 de Agosto de 1947, Nilópolis ganha finalmente a sua emancipação político administrativa.

Com a emancipação, o município vai recebendo paulatinamente melhorias e vai se tornando uma “ilha” de qualidade de vida na Baixada Fluminense, principalmente devido a sua pequena extensão. A consolidação da família Abraão David - Sessim no poder retirou definitivamente o município da esfera de influência política de Nova Iguaçu.

Atualmente, Nilópolis é o menor município da baixada, possui apenas 9 km² de área sob a administração da prefeitura e os outros 10,4 km² são ocupados pelo Campo de Instrução de Gericinó do Exército e no momento ainda não podem ser ocupados (SIMÕES, 2007). O município de Nilópolis fica comprimido pela grande mancha urbana continua da metrópole carioca, é densamente ocupado, ou seja, com pouquíssimos terrenos vazios. O resultado disso, levando em consideração somente os 9 km² ocupados pela população, é umas das mais altas densidades demográficas do Brasil com quase 20 mil habitantes por km².

O avanço acelerado da urbanização no município de Nilópolis se deu em grande parte pela autoconstrução, ou seja, processo pelo qual o trabalhador e sua família, sozinhos, ou com ajuda de terceiros, executam toda ou grande parte da tarefa de edificar a sua própria casa (SIMÕES, 1993,51 citado por SIMÕES, 2007). Essa é uma característica que acompanhou o crescimento do município e influenciou na organização do espaço urbano ao longo de anos e ainda hoje, mesmo menos expressiva, a autoconstrução continua existindo em alguns locais.

A organização territorial do município é bem simples, a ferrovia organiza o espaço e é em torno das estações de Olinda e, principalmente, Nilópolis que se localiza o comércio local. Com relação à área residencial, Nilópolis se assemelha a um grande bairro de classe média de um município maior. Já que não existem bairros extremamente pobres, apenas algumas ruas com um maior número de residências precárias e principalmente nos limites do município, na Via Light, nos rios Sarapuí e Pavuna e junto aos muros do campo do Gericinó, também não existe um bairro claramente de elite. Então, ao analisar socialmente o município, percebe-se que há certa homogeneidade e ao nivelar pela média, os indicadores sociais e econômicos acabam sendo acima da média dos demais municípios (SIMÕES, 2011).

Vizinho ao município de Nilópolis existe o CIG, área também estudada no presente trabalho. Assim como Nilópolis, o CIG também tem seu histórico, que será brevemente relatado a seguir.

2.2. Histórico do Campo do Gericinó

A criação dos campos de instrução no final do século XIX nasceu da necessidade de uniformizar a instrução militar, familiarizar as tropas com os meios disponíveis e ter uma permanente atualização doutrinária em benefício da operacionalidade.

A seleção da área da Vila Militar e Gericinó como “área militar”, posição estratégica de defesa, data do início de 1800 com a vinda da família real de Portugal para o Brasil. A área onde está localizada a Vila Militar e o Campo de Instrução de Gericinó (CIG) se localiza entre dois marcos geográficos de porte, a Serra de Madureira e a Serra da Pedra Branca, que além de serem divisores naturais da Zona Oeste do Rio de Janeiro com as demais, barram uma possível penetração pelo mar.

Em 1905 foram realizadas as primeiras manobras na área onde seria o campo de instrução pelo 4º Distrito Militar – DF, comandado pelo Gen. Hermes Rodrigues da Fonseca. Em 1908 foram adquiridas as fazendas Gericinó e Sapopemba para a implantação da Vila Militar, do Campo de Manobra do Exército e da Linha de Tiro da Escola Militar. A crescente

necessidade de local adequado ao tiro e ao adestramento das tropas deu início a desapropriação das fazendas Bananal, Cabral, Engenho Novo da Piedade, Monte Alegre e Tatajuba.

Em 1917 foi nomeada uma comissão para organizar o campo de instrução de Gericinó e adaptar as instalações existentes às necessidades da instrução vigente. Em 1920, foi aprovado pelo então presidente da República, Epitácio Pessoa, o primeiro Regulamento do Campo de Instrução de Gericinó. Subordinado diretamente ao Ministério da Guerra, o CIG era destinado à instrução de tiro das unidades da 1ª Divisão de Exército (DE), aos exercícios táticos das armas, simples ou combinadas, e aos ensaios e experiências do material militar.

No mesmo ano, 1920, foram concluídas e efetivadas as desapropriações de toda a área que hoje constitui o CIG. Em 1923, o Campo de Instrução de Gericinó foi criado oficialmente pelo Aviso Ministerial nº 267 de 28 de Abril 1923, sendo nomeado o 1º Diretor do CIG Cap. João Marcelino Ferreira e Silva, e tendo como sede a Estação da Vila Militar.

Em 1943, o CIG foi palco de treinamento da Força Expedicionária Brasileira (FEB), sendo modernizado de acordo com as necessidades da época e da 1ª divisão de infantaria (DI) como um todo. Em 1952, o CIG passou a subordinação da 1ª DI, com a finalidade de apoiar a instrução da Divisão e de mais organizações militares do Rio de Janeiro.

Sobre seu aspecto físico e patrimonial o CIG, inicialmente localizado rural, hoje é cercado por áreas urbanas plenamente habitadas. Com uma área de 57 km² e 48 km de perímetro aproximadamente, o CIG faz divisa com municípios do Rio de Janeiro, Mesquita, Nova Iguaçu e Nilópolis e bairros densamente ocupados como Campo Grande, Bangu, Realengo, Padre Miguel, Magalhães Bastos, Deodoro, Ricardo de Albuquerque e Anchieta.

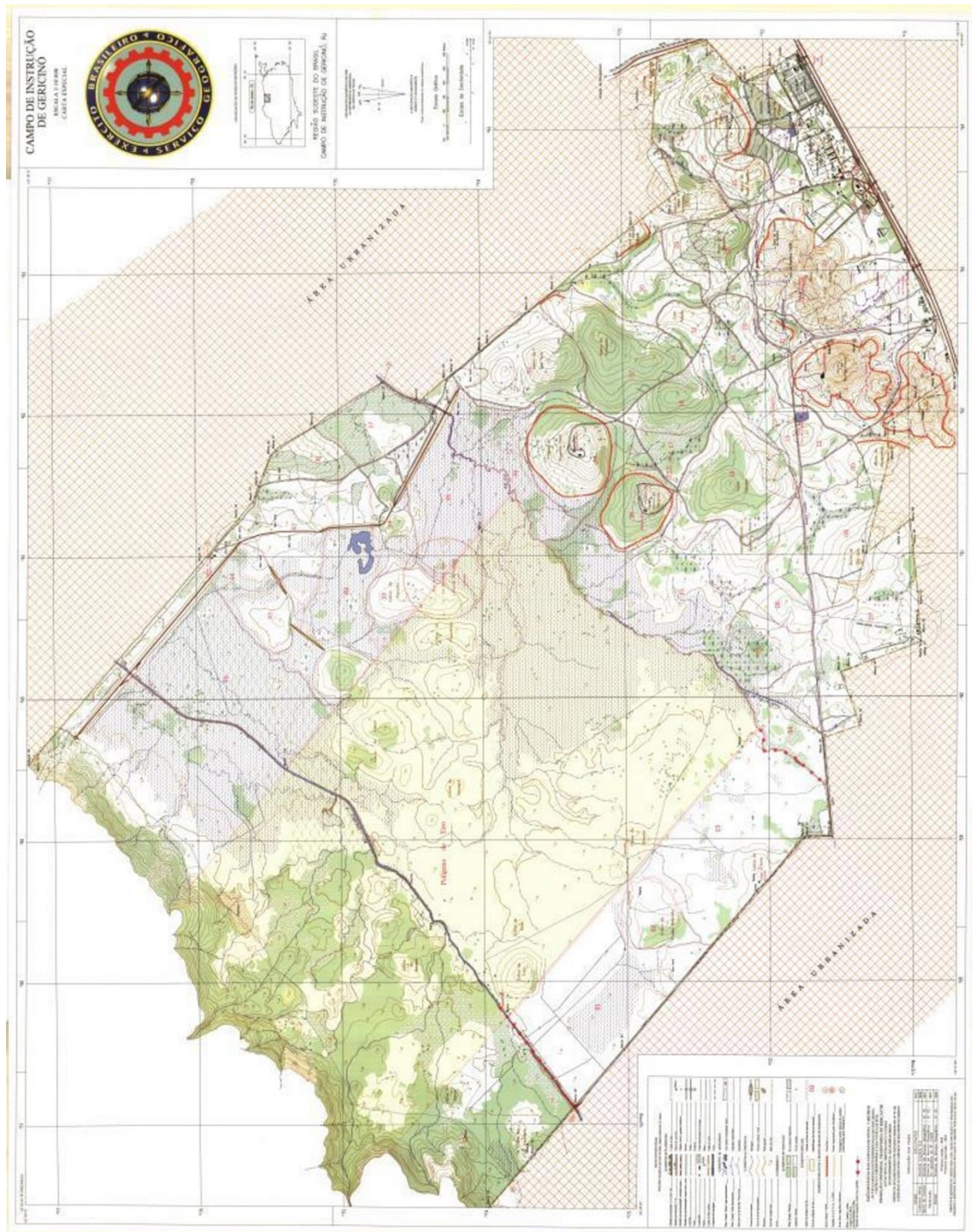


Figura 2: Carta especial – Campo de Instrução de Gericinó.

Apesar da perda de grandes áreas verdes, o CIG possui 52,63% de suas áreas de matas. Aproximadamente 6.164.543,25 m² de matas do CIG, constituem-se em Área de preservação Ambiental- APA Gericinó\ Mendanha. Talvez a única mata atlântica da Região Sudeste que ainda se conserva em seu estado primário. Além da flora, da fauna e das belezas naturais, possui um sítio geológico de origem vulcânica com características únicas em toda Região Sudeste do Brasil. Mantida pelo exército, constitui-se em um ecossistema de valor incalculável para objetivos educacionais e científicos no Estado do Rio de Janeiro (Plano de Manejo PNG, 2011).

2.3. Relação do CIG com a população de Nilópolis

A população do município de Nilópolis tem uma relação muito próxima com a área do Campo de Instrução do Gericinó, já que os loteamentos do município se estenderam até o limite da área pertencente ao Exército, beirando os atuais bairros Cabral, Manoel Reis e Bairro de Fátima. O CIG, também chamado pela população de “mata do governo”, “mata do Exército”, “Gericinó”, sempre foi bastante conhecido devido às diversas atividades do Exército no local. Relatos dos moradores mais antigos, dos bairros de Nilópolis vizinhos ao CIG narram histórias desde a década de 1950 até os dias de hoje.

Por volta de 1957, no bairro Cabral havia uma famosa vacaria na área do Campo beirando o município, onde a população comprava leite. Percebe-se que desde muitos anos atrás a população, de certa forma, ocupava uma pequena parte da área do CIG com criações e plantações, numa tentativa de adentrar na área do EB.

O EB durante muitos anos treinou tiro de artilharia no CIG, atividade que fazia parte da instrução dos militares. Esses tiros eram lançados de onde hoje é o quartel do CIG e os detonadores atingiam a área vizinha ao município de Nilópolis, chamada de polígono de tiros. Os moradores que já habitavam a área vizinha ao campo nessa época, contam que essas explosões eram muito fortes e diziam abalar a estrutura das residências.

Segundo relatos, numa madrugada no ano de 1958 aconteceu uma explosão nos paióis do Depósito Central de Armamento e Munição do Exército, situado em Deodoro, mas atingiu os municípios limítrofes, dentre eles Nilópolis. Projéteis foram lançados ao ar pelas explosões, entre balas de fuzis e granadas. O fogo atingiu inicialmente o paiol de infantaria. O vento levou o fogo para os paióis de explosivos da infantaria, e finalmente incendiou a Granja do Exército, matando os animais ali criados (JORNAL DO BRASIL – 1958).

O incidente assustou bastante a população, pois um clarão tomou o céu e as pessoas saíram de suas casas com medo de acontecer mais explosões, que pudessem atingir suas residências. As rádios locais alertavam a população e orientavam a evacuar da área dizendo para a população se abrigar em municípios vizinhos.

Anos depois outra explosão aconteceu, mas dessa vez um pouco mais fraca e durante o dia. Após algumas décadas o treino de tiro de artilharia foi proibido, pois a população vizinha alegou que as explosões estavam abalando a estrutura das residências.

Devido a sua beleza natural, o CIG sempre foi uma área bastante atrativa para crianças e jovens que entravam escondidos no campo para brincar soltar pipa, tomar banho de rio, cachoeira, porém a entrada na área do Exército sempre foi proibida. No período da ditadura militar (1964-1985) conta-se que se os militares pegassem alguém dentro da área onde a entrada era proibida, eles levavam para o quartel e sendo menor de idade o responsável tinha que retirar o menor mediante pagamento de uma “multa”.

Com o treino de tiro de artilharia muitos detonadores (Figura3) que não explodiram ficaram no local. Já houve casos de acidentes envolvendo pessoas que entraram na área do CIG, vizinha ao município, e que acharam detonadores. Um dos casos aconteceu em 2009, no bairro Cabral, quando um homem pegou o artefato dentro Campo de Instrução e o levou para sua casa onde aconteceu a explosão. Esse é um dentre os diversos casos relacionados a explosões desses detonadores, que foram utilizados nos treinos de tiro de artilharia, não explodiram e ficaram na área do polígono de tiros.



Figura 3: Detonadores usados em tiros de artilharia.

O CIG passou também por períodos de intensa violência, pois com o crescimento da população também cresceram as comunidades com tráfico e organizações criminosas, que

acabavam usando essa área como um esconderijo ou como local para usar drogas, e também alguns crimes já foram relatados próximos ou dentro do próprio campo de instrução. Por muitas vezes existiram conflitos entre o EB e o município em relação a quem tinha a responsabilidade por zelar pela segurança do local.

Hoje, segundo a prefeitura de Nilópolis, existe uma parceria entre o município e o EB visando a segurança dos frequentadores do local evitando o abandono de algumas partes da área do campo de instrução e do Parque Natural.

Por volta de 2009, a área cedida a Nilópolis pelo Exército começou a ser bastante usada para a prática de exercícios físicos pela população local. E após a implementação do Parque Natural do Gericinó o espaço se tornou uma grande área de lazer e preservação ambiental para o município.

3. GESTÃO DO TERRITÓRIO

A gestão de território é uma forma de compatibilizar a ocupação humana com o espaço natural, para assim assegurar a preservação e conservação da biodiversidade. Por isso é importante analisar a organização territorial do CIG e como essas áreas são geridas tanto pelo EB quanto por Nilópolis, no que se refere à parte pela qual é responsável.

3.1. Unidades de conservação e Zona de Amortecimento

Em resposta ao que determina a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 225, o qual impõe ao poder público e à coletividade o dever de preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, no Brasil foram surgindo aos poucos as formas de proteção ambiental de modo a preservar os remanescentes de vegetação nativa ou de floresta secundária (RIBEIRO *et al*, 2010).

Desde 1965, por meio do Código Florestal (Lei nº 4771), o Brasil vem buscando normatizar a criação de parques, reservas da biosfera e florestas, porém, somente em 2000, o país instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) pela Lei nº 9985 (COSTA *et al*, 2009).

O SNUC foi criado após um longo processo de elaboração legislativa e, em linhas gerais, busca estabelecer limites para impedir que haja atividades que possam colocar em

risco a função ecológica do espaço, provocando a extinção de espécies ou submetendo os animais à crueldade. O SNUC tem como seus principais objetivos:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- [...] III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- [...] IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- [...] XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

O artigo 27, parágrafo primeiro da Lei 9.985/2000 SNUC diz que o “Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas”. Em seu art. 2º, XVIII conceitua zona de amortecimento como “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”.

Uma conquista em termos normativos foi a exigência de se estabelecer uma zona de amortecimento para toda unidade de conservação, ou seja, a área do entorno da unidade também fica sujeita a restrições de modo a minimizar danos decorrentes do aumento das pressões sobre os espaços protegidos. Portanto, tão importante quanto gerir as unidades de conservação propriamente ditas é buscar diagnosticar, estabelecer critérios de uso e de ocupação e monitorar as zonas de amortecimento, de modo a evitar os avanços sobre os limites das áreas protegidas (RIBEIRO *et al.*, 2010).

Embora seja essencial que existam estudos com finalidades de identificar e diagnosticar as áreas de entorno de unidades de conservação, são poucos os planos de manejo que efetivamente definem a zona de amortecimento e a consideram no processo de planejamento e gestão de seus recursos naturais (COSTA *et al.*, 2009).

De acordo com a norma vigente, cabe ao órgão responsável pela administração da unidade estabelecer e regular a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento. Seus limites podem ser estabelecidos no ato de criação da unidade de conservação ou posteriormente, sendo o mais comum após a criação da unidade, de acordo com o que for determinado pelo plano de manejo. É importante destacar que a zona de amortecimento, na verdade, não faz parte da unidade, mas fica sujeita, por força de Lei, a um modo de zoneamento obrigatório, que regula e permite certas atividades econômicas. Conforme

parágrafo único do art. 49 da Lei do SNUC, a zona de amortecimento de uma unidade de conservação após ser definida formalmente não pode ser transformada em zona urbana (VIO, 2001).

3.2. Gestão e planejamento da área do CIG pelo Exército

Ao conceituar gestão ambiental, é inevitável passar pela definição de meio ambiente. Esse conceito é bastante usado ao tratar-se de elementos naturais. No entanto, entendemos que a despeito de os elementos naturais terem uma dinâmica geo-bio-física independente das ações humanas, o homem não vive diretamente sobre esse “substrato natural”, e sim, em um meio altamente modificado pelo seu trabalho, que vem forjando, ao longo dos séculos, diversos objetos espaciais. Ou seja, o conceito de meio ambiente tem muito mais sentido quando entendido como espaço geográfico, tal como definido por SANTOS (2002, citado por RESENDE, 2004). E ainda é interessante ressaltar que esse espaço é também território, pois é “definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995:78).

Usando tais definições, pode-se tratar neste trabalho a gestão ambiental com sentido de gestão do território, visto que a discussão gira em torno de “quem” domina ou influencia e “como” domina ou influencia um determinado recorte espacial, neste caso o CIG.

O EB está presente em todos os estados da Federação e também no Distrito Federal. São ao todo cerca de 640 Organizações Militares (OM) por todo território nacional. Dentre as OM é possível destacar algumas que administram áreas mais extensas que outras, são os Campos de Instrução (CI).

Os Campos de Instrução são Organizações Militares destinadas às atividades de instrução militar, e como o Exército se encontra presente em diversas regiões do país esses Campos de instrução podem ocorrer em diversos biomas. O CIG está localizado no Rio de Janeiro e é composto por uma vegetação de Mata Atlântica.

Por serem usados para instrução os campos são conservados para que não sofram grandes alterações.

Campos (2003, citado por SANTOS, 2005) destaca que

O terreno sempre foi considerado um dos fatores preponderantes da decisão no planejamento das operações militares. Os exercícios e as manobras realizadas para o adestramento da tropa procuram simular a guerra a mais próxima possível de uma situação real. Para tanto, os campos de instrução são preservados para oferecer o cenário adequado para cada situação que o combatente poderá defrontar-se no campo de batalha. Hoje, esses campos de instrução formam verdadeiras ilhas de coberturas vegetais preservadas nas áreas mais antropizadas das diversas regiões do país.

Mesmo já existindo uma preocupação com relação às áreas dos Campos de Instrução só em 2001 foi publicada a primeira Portaria do Exército regulamentando o uso dos recursos naturais dos CI, Portaria 570 que aprova a Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (PGAEB) e a Portaria 571 que aprova a Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (DEGAEB).

A política fundamenta-se em premissas que abordam: a observância de toda legislação ambiental e diretrizes vigentes; a implementação e o desenvolvimento de um sistema de gestão ambiental; a promoção, dentro do Sistema de Ensino do Exército, da educação ambiental; a cooperação; incentivo às ações de prevenção, preservação, conservação e recuperação das áreas sob jurisdição do EB e também aquelas que, eventualmente, possam vir a ser utilizadas pela Força Terrestre e, por fim, o desenvolvimento de ações de gestão ambiental nos empreendimentos e atividades do Exército, sem inibir ou deformar as características próprias das ações militares.

Há também a Portaria 050 de 2003 que aprova a Orientação para a Elaboração dos Planos Básicos de Gestão Ambiental (PBGA), apresentando exemplos de programas voltados para a viabilização ambiental das atividades e empreendimentos militares, em consonância com o disposto na Política e na Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do EB. Além dos objetivos de estimular o desenvolvimento de uma mentalidade de prevenção e preservação no público interno, a portaria busca proporcionar capacitação e treinamento em gestão ambiental e realizar a recuperação do meio ambiente, sempre que possível, nas áreas degradadas em consequência da realização de atividades e empreendimentos militares.

As portarias apresentadas combinadas trazem as orientações necessárias para que o Exército elabore o plano de gestão ambiental dos seus territórios, dentre eles os Campos de Instrução e destacam a importância da aplicação da gestão ambiental nessas áreas, uma vez que já são áreas preservadas para as atividades militares, só basta regulamentar essa preservação e atuar nos casos de recuperação.

Para a execução do Sistema de Gestão Ambiental do EB são produzidos os Planos Básicos de Gestão Ambiental (PBGA) e o responsável por orientar a elaboração do PBGA é o Estado-Maior do Exército. Cada organização militar do Exército tem responsabilidades referentes a: desenvolvimento de projetos que visem à prevenção de possíveis danos ao meio ambiente em suas áreas de responsabilidade; uso racional de água, energia elétrica e outros recursos e materiais; redução da geração de resíduos sólidos; diminuição e tratamento adequado de resíduos tóxicos, de poluentes atmosféricos e de outras substâncias; além da

recuperação de áreas porventura degradadas. Em decorrência dessas incumbências, as organizações militares são orientadas a confeccionar seus planos de gestão ambiental (PGA) e a encaminhá-los ao escalão superior para aprovação e consolidação (NUNES, 2012).

Segundo informações do responsável pelo setor de meio ambiente do Campo de instrução do Gericinó, Capitão Evaristo, não existe ainda um o Plano de Gestão Ambiental (PGA) do CIG, mas esse está em elaboração e será finalizado em breve. O que existe é somente o Plano de Resíduos Sólidos para o quartel e não para toda a área do Campo de Instrução, ou seja, ainda não dispõe de um sistema de coleta seletiva dos resíduos de operações e acampamentos no Campo de Instrução.

A elaboração do PGA para o CIG é de grande relevância, já que além de ser uma determinação superior por parte do EB, o Campo de Instrução faz limite com uma Área de Proteção Ambiental e tem um trecho que está inserido na zona de amortecimento do Parque Natural do Gericinó. Tanto a APA quanto a Zona de Amortecimento possuem restrições de uso com a finalidade de minimizar os impactos ambientais. Outro fator que torna necessário o Plano de Gestão ambiental para a área do CIG é o crescimento urbano que cada vez mais pressiona esse território do EB.

3.2.1. A atual conjuntura do território sob a responsabilidade do Exército

O território do CIG equivale a 57 Km² e essa área é dividida em outras 47 áreas sendo algumas dessas, áreas especiais, como por exemplo; a área dos estandes de tiros, cinco estandes no total; uma estrutura que era conhecida como “favelinha”(onde hoje está sendo construído complexo olímpico de Deodoro que será utilizado nas olimpíadas de 2016) e o polígono de tiro. E nas outras diversas áreas do CIG encontram-se: áreas de tiro, áreas para treinamento de progressão em favela, guerrilha urbana e áreas para acampamentos. Existe também uma lagoa que é utilizada para transposição de curso d’água e espaços para saltos dos paraquedistas, mas que atualmente está sendo pouco utilizada.

De acordo com o Exército, atividades são realizadas constantemente nessas áreas do CIG. Diariamente, são realizadas patrulhas motorizadas com o objetivo coibir atividades criminosas e não permitir ocupações e construções irregulares nos limites do Campo e eventualmente são realizadas patrulhas a cavalo com o mesmo objetivo listado anteriormente e para captura de animais (equinos e bovinos) que estejam no interior do campo.

Além dessas atividades diárias, de acordo com o calendário de instrução militar são realizados acampamentos de instrução básica e de instrução de adestramento com objetivo de formar os soldados incorporados nas diversas Organizações Militares e o adestramento das Tropas. O Campo de Instrução também é solicitado para uso de tropas de outras forças (Fuzileiros Navais principalmente) e por grupos da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e Polícia Militar do Estado Rio de Janeiro.

No interior do CIG há também diques de contenção de enchentes dos Rios Pavuna e Sarapuí, que foram construídos no ano de 1991 através de um convênio entre o Ministério do Exército e a fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (antiga SERLA) com a interveniência da Secretaria de Meio Ambiente – SEMAM, visando a construção de barragem no Rio Sarapuí, com o objetivo de reduzir a vazão das águas dos rios, responsáveis, no período de chuvas fortes, por inundações nos municípios da Baixada Fluminense.

Algumas das áreas do CIG foram cedidas para os municípios de Nilópolis e Mesquita. Em 2008 foi cedida, pelo EB, uma área do CIG a Nilópolis, conforme o Protocolo de Intenções – N° 08037-00 assinado em 13/05/2008. Essa cessão foi concedida com a condição de que fosse criado um Parque Natural na área cedida. Em 2009 a Lei Extraordinária 6.262 de 2009 cria Parque Natural Municipal do Gericinó e dá outras providências. No ano de 2011 foi assinado um termo de reversão de área do Exército para a Secretaria de Patrimônios da União (SPU) e sendo cumprido o acordo relacionado ao uso da área, a SPU cede integralmente a área da União ao município de Nilópolis. E dentro dessa área cedida a Nilópolis foi construído em 2010 o reservatório de água da CEDAE, com o objetivo de melhorar o abastecimento de água no município.

Já em Mesquita, não foi cumprido o acordo de criar um Parque Natural na área cedida no período de dois anos. Com isso a área está aos poucos sendo tomada por moradias e servindo como depósito de lixo. E devido a esse fato o EB está prestes a retomar a área.

Atualmente, uma empresa conveniada com a Prefeitura do Rio de Janeiro faz um trabalho de reflorestamento de glebas do CIG, que estão com sua cobertura vegetal bastante danificada. Os militares acompanham o responsável pelo projeto até as glebas que serão reflorestadas para que seja realizado o trabalho.

Contudo, toda a área do CIG vem sendo utilizada para diversas atividades pelo próprio Exército e pelos municípios que possuem áreas cedidas, sempre com o acompanhamento e fiscalização do mesmo.

3.2.2. Perspectivas do Exército para com o CIG

O CIG é uma área de grande importância para o EB devido aos diversos usos que faz dela e por isso não há muitas perspectivas mudanças, ou seja, de acordo com o a Diretoria do quartel do campo de instrução, a pretensão, a princípio, é manter o que já existe atualmente. Como não há um plano de gestão elaborado pelo EB para a área do campo, as expectativas de uso são constituídas por projetos (podendo ser do próprio Exército, do Governo Federal, Estadual ou ainda Prefeitura do Rio) que são analisados e posteriormente aprovados ou não, não existindo uma perspectiva de uso já definida.

A área cedida a Nilópolis, já que foi cumprido o acordo de construir um Parque Natural, continuará sob a gestão do município, que terá a responsabilidade de manter o Parque Natural do Gericinó, toda sua infraestrutura, conservação e administração. Já a área que foi cedida ao município de Mesquita ainda está em discussão no Exército cogitando-se a possibilidade de retomar a área cedida.

De acordo com informações do EB, a perspectiva é que a área continue sendo utilizada para treinamento das tropas localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Não existe, por ora, expectativa para o retorno de tiros de artilharia e para a região localizada entre os rios Pavuna e Sarapuí, que foi utilizada durante muitos anos como área de impactos de tiros de artilharia e por isso existem granadas que não explodiram o que torna a área perigosa, não existe nenhuma previsão de uso em um futuro próximo (Sgt. Machado – Administração do CIG).

Existe um projeto de construção de uma Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), a Foz Águas Cinco, do grupo Águas do Brasil. A ETE está prevista para ser construída numa pequena parte da área que geograficamente faz parte de Nilópolis, porém a prefeitura do Rio de Janeiro tem um mapa que insere parte da área que seria de Nilópolis no Município do Rio. Especula-se que esse fato esteja relacionado à questão dos créditos de carbono já que a cidade tem realizado uma grande quantidade de obras devido as Olimpíadas Rio-2016.

Mesmo estando na área de Nilópolis a Estação de Tratamento está como futuro local o bairro Gericinó, ou seja, na cidade do Rio de Janeiro. Em relação a esse projeto o Exército só cederá a área para a construção, não tendo vínculo com execução do projeto.

3.3. Gestão e planejamento da área do CIG que pertence a Nilópolis

3.3.1. Plano diretor do município e o Gericinó

Nilópolis sempre teve como território vizinho o Campo de Instrução Gericinó, do qual uma parte se localiza dentro do município, porém, como é uma área que pertence ao EB, a ocupação populacional cresceu beirando o CIG sem que houvesse a possibilidade de expandir o crescimento habitacional para além dos limites do Campo. A cidade de Nilópolis, por sua vez, sempre planejou uma ocupação dessa área, caso algum dia parte desse território passasse a ser administrado município.

Em 03 de outubro de 2006 pela Lei Complementar N°. 68 instituiu-se o Plano Diretor do Município de Nilópolis nos termos do artigo 182 da Constituição Federal, da Lei N° 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade e da Lei Orgânica do Município de Nilópolis, em substituição à Lei Complementar número 04 de 24 de setembro de 1991. Formalmente, o Plano Diretor é uma lei municipal obrigatória para as cidades com população superior a 20.000 habitantes.

O Plano Diretor é o instrumento básico da política municipal de desenvolvimento e expansão urbana, que tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Embora a expressão “desenvolvimento e expansão urbana” possa ser entendida de diversas formas, o Plano Diretor tem se constituído basicamente em instrumento definidor das diretrizes de planejamento e gestão territorial urbana, ou seja, do controle do uso, ocupação, parcelamento e expansão do solo urbano. (CARVALHO e BRAGA, 2001).

Nesse documento estão definidas as macrozonas do território de Nilópolis: a Urbana Consolidada, que abrange a parte do território municipal ocupada atualmente, e a Área de Desenvolvimento Estratégico, que abrange a parte ocupada pelo Campo de Gericinó (art. 28, Lei N°68/06). Tendo a Área de Desenvolvimento Estratégico de Gericinó ocupação estudada por uma comissão composta por representantes da administração municipal e do Governo Federal (Art. 28, § 2°, Lei N°68/06).

As Macrozonas são subdivididas em áreas e eixos, que de acordo com o Plano Diretor são os seguintes:

I – Áreas de Especial Interesse:

- a) AEIS - Área de Especial Interesse Social;
- b) AEIA - Área de Especial Interesse Ambiental;
- c) AEIC - Área de Especial Interesse Cultural;
- d) AEIU - Área de Especial Interesse Urbanístico;
- e) CB - Centro de Bairro;

- f) ANM - Área de Negócios de Importância Metropolitana e Supra-Municipal;
- II – Eixos de Desenvolvimento: áreas no entorno de vias estruturantes que serão alargadas onde se estimulará a verticalização;
- III – Áreas de Proteção: dos Rios Sarapuí e Meriti/Pavuna onde poderão ser previstas vias estruturantes, parque e atividades de lazer, na forma de Lei;
- IV – Área de Desenvolvimento Estratégico de Gericinó;
- V – Áreas de uso exclusivo:
 - a) AM - Área Militar;
 - b) AC - Área de Cemitérios;
 - c) AI - Áreas de Atividades Incomodas à vida residencial;
 - d) AV - Áreas Verdes não ocupáveis

De acordo com o Plano diretor, essas Áreas e Eixos terão legislação complementar específica que irá se adicionar aos parâmetros da Macrozona em que estiverem.

Em 2006, ano do plano diretor, mesmo não tendo sido realizado o estudo acerca da ocupação estratégica do Gericinó, o município já trazia no documento previsões de uso para esse território.

No Capítulo IV do plano diretor traz o título da necessidade de uma ocupação planejada de Gericinó, autorizando o Poder Executivo Municipal a fazer gestões e promover estudos de viabilidade, urbanísticos e de financiamento da ocupação planejada de Gericinó e sua efetiva integração no território nilopolitano, junto ao Governo Federal em especial o serviço de Patrimônio da União.

Ainda no Plano Diretor, no Capítulo VI, trata-se da Política Extraordinária de ocupação planejada da Área de Desenvolvimento Estratégico de Gericinó, colocando essa área como a única passível de expansão territorial da cidade de Nilópolis, e para que possa haver expansão do território da cidade para a área ocupada pelo campo de Gericinó é necessária uma gestão do Poder Público junto aos Órgãos Federais.

De acordo com o plano diretor, a ocupação do território de Gericinó será precedida por um Plano de Desenvolvimento Estratégico e terá como diretrizes:

- I – criação de um Parque Metropolitano;
- II – expansão do viário possibilitando ampliar as ligações metropolitanas; construindo vias de interligação do município com a Avenida Brasil, Linha Vermelha e demais vias estruturantes.
- III – preservar o dique de contenção de águas junto ao rio Sarapuí;

IV – construções de residências, com o objetivo de atender a demanda municipal.

V – área para o desenvolvimento de atividades econômicas;

VI – atividades que venham a ser definidas pelo Exército, ou seja, área para atender às necessidades do Exército no que se refere à possibilidade de treinamento militar e a edificações para atender as demandas da corporação.

VII – reserva de áreas para preservação ambiental.

E a partir dessas diretrizes que se iniciaram os trâmites para que o município conquistasse alguma área do CIG, porém algumas das diretrizes não foram e ainda não são viáveis para essa área. Atualmente a área conquistada por Nilópolis encontra-se ocupada pelo Parque Natural do Gericinó, que tem seu Plano de Manejo que trata a área do Campo de instrução como Zona de Amortecimento do Parque e, portanto tendo objetivos diferentes dos que se encontram no Plano Diretor.

3.3.2. O que já existe na parte cedida ao município

Como já foi citado anteriormente, em 2008 Nilópolis recebeu a cessão de uma área de aproximadamente 634.000 m² (seiscentos e trinta e quatro metros quadrados), e nesse local foi criado em 2009 o Parque Natural de Gericinó (PNG). A superfície total, acrescida da área a mais solicitada em dezembro de 2009, destinada à implantação deste Parque é de 1.003.458,60 m² (um milhão, três mil e quatrocentos e sessenta e oito metros e sessenta decímetros quadrados) (Plano de Manejo PNG, 2011) (Figura4).

O Parque está localizado a cerca de um quilômetro da Área de Proteção Ambiental (APA) Gericinó/Mendanha, tem um comprimento na direção Noroeste-Sudeste de cerca de 2 Km e de largura cerca de 600m, na parte mais larga. O Parque faz limite com a área urbana de Nilópolis e também com o Campo de Instrução de Gericinó. Há um pequeno trecho que se limita com o Rio Sarapuí, que também é o limite com o município de Mesquita e com o Rio Pavuna, que constitui a divisa com o município do Rio de Janeiro.

Entre a APA de Gericinó/Mendanha, que começa na cota 100 do maciço, e a baixada, onde se situa o parque, há uma área institucional militar que sempre foi uma barreira à ocupação urbana, sendo uma parte destas áreas, próximas à APA, ainda ocupada com vegetação de mata em estágio inicial e médio de regeneração e de campos herbáceos de várzea (brejos). Nesse contexto, a criação do Parque Natural do Gericinó pode se constituir um elo no corredor ambiental entre os maciços do Mendanha e da Pedra Branca que, apesar

da distância, há, neste caminho, um conjunto de morros. Contudo o PNG contribui bastante para a preservação dos recursos naturais na região.

O Parque está inserido em parte de duas bacias hidrográficas: a margem direita do rio Sarapuí e a margem esquerda do rio Pavuna, que deságuam na Baía de Guanabara. Encontra-se totalmente dentro do ecossistema de planície inundável com alguns morros de baixa altura (Plano de Manejo PNG, 2011).

O Parque Natural do Gericinó possui um Plano de Manejo de Abril de 2011, que foi elaborado de forma participativa e coloca como principais objetivos proporcionar condições para preservação dos recursos naturais por instrumentos capazes de regulamentar a ocupação e o uso do solo, ampliar o conhecimento sobre a dinâmica socioambiental da região e também criar espaços de lazer e esportes, aliando a necessidade local com a conservação ambiental.

O plano de manejo possui caráter preventivo e deve conter todas as normas que irão regular a unidade de conservação e seu entorno, permitindo que cada unidade tenha suas peculiaridades respeitadas e analisadas individualmente (VASQUES, 2008).

No Plano de manejo do PNG há a proposta de zoneamento da área de acordo com zonas definidas pelo IBAMA: Zona de Amortecimento, Zona de Uso Conflitante, Zona de Uso Especial, Zona de Uso Extensivo, Zona de Uso Intensivo e Zona De recuperação (Figura 5).

Além da Zona de amortecimento, que já foi definida anteriormente, existe a zona de uso especial, que é aquela que contém a infraestrutura necessária (Horto Municipal) à implementação dos programas de manejo do Parque. A zona de uso conflitante é área ocupada por empreendimentos de utilidade pública, como por exemplo, a área ocupada pela CEDAE; seu objetivo de manejo é contemporizar a situação existente, estabelecendo procedimentos que minimizem impactos sobre as UC. A Zona de Uso Especial é aquela que contém a infraestrutura necessária à implementação dos programas de manejo Parque, principalmente voltada para administração, educação, manutenção e serviços da UC.

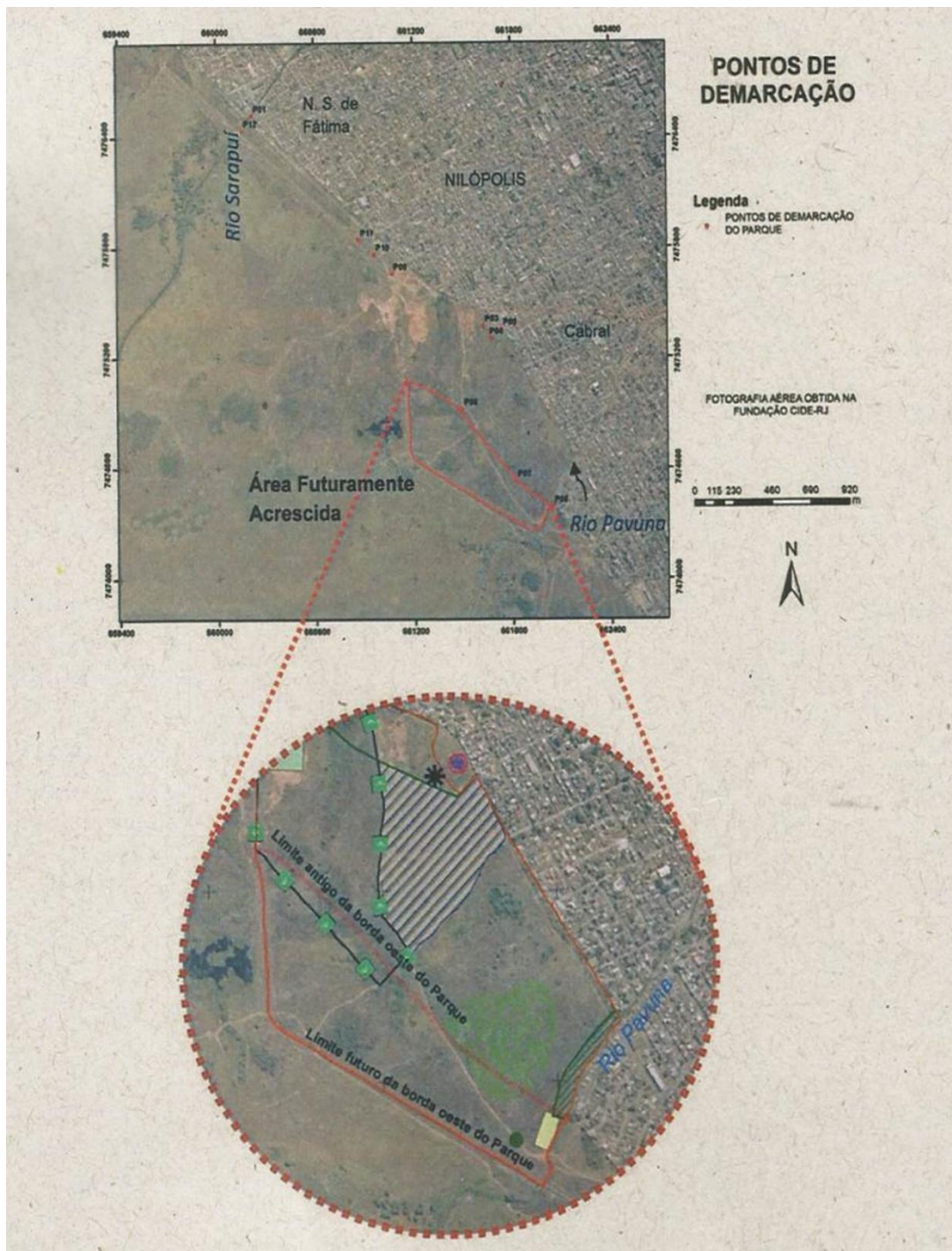


Figura 4: Pontos estabelecidos para a demarcação do limite do PNG. Retirado do Plano de Manejo do PNG.

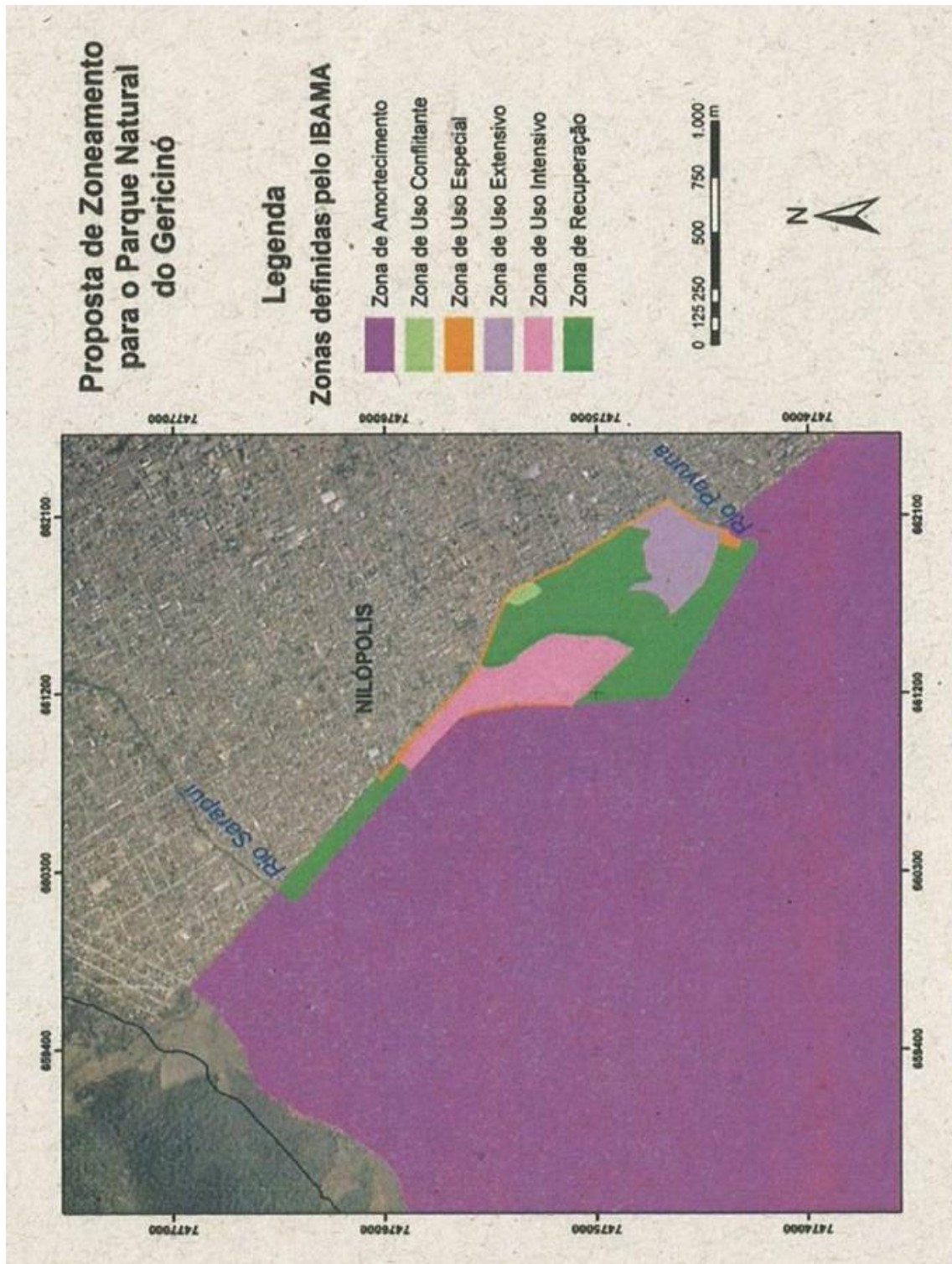


Figura 5: Proposta de Zoneamento para o Parque Natural do Gericinó Retirado do Plano de Manejo do PNG.

A zona de uso Extensivo é constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. A de uso intensivo localiza-se na porção central do Parque, bem em frente as entradas oficial e de serviço, onde concentram-se os principais atrativos de recreação. Esta região destina-se a conservação e às atividades de visitação e há para essa área um planejamento de uso das estruturas físicas do Parque, tanto no âmbito de recreação e lazer para os visitantes, quanto na perspectiva do manejo dos recursos naturais (Figura 6).

Por fim a zona de recuperação, que contém áreas consideravelmente alteradas pelo homem; é uma zona provisória, uma vez que restaurada, será incorporada novamente a uma das zonas permanentes.

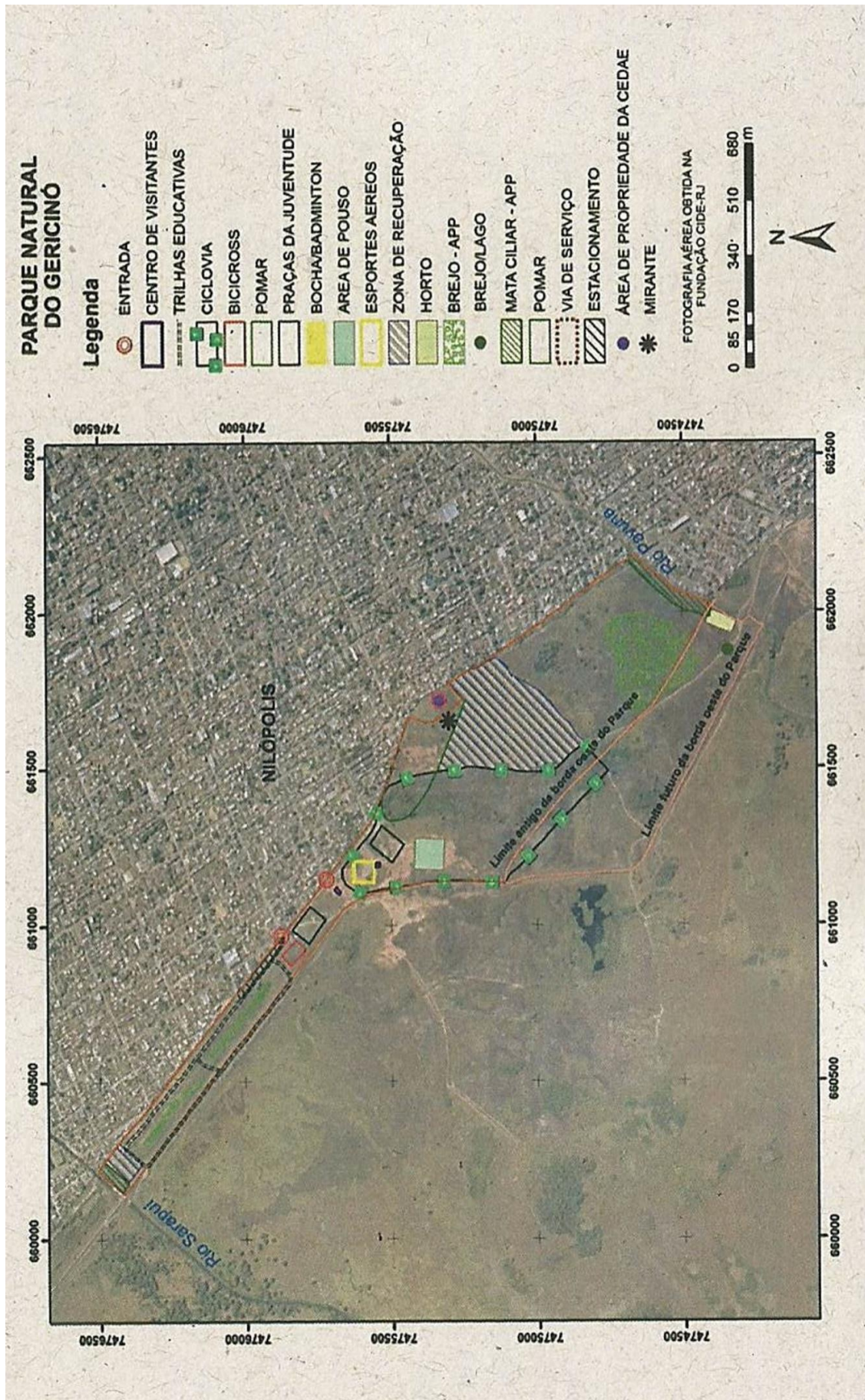


Figura 6: Representação das localidades para uso público do Parque, tanto no âmbito da atividade de recreação e lazer como dos recursos naturais. Retirada do Plano de Manejo do PNG.

3.3.3. Atuais perspectivas do município em relação à área do CIG

Assim como diz o plano diretor de Nilópolis, em princípio, o município teria uma Política Extraordinária de ocupação planejada da Área de Desenvolvimento Estratégico de Gericinó, a qual seria elaborada a partir de estudos da área do CIG.

Depois de já cedida uma área do território do CIG para Nilópolis e após reuniões com os gestores do EB com a finalidade de decidir a organização territorial do Parque, foi pedido pelo município que mais uma porção da área pudesse ser acrescida. Trata-se de 258.932,884 m² a mais de área para o Parque, totalizando uma área total de quase 1.000.000 m² = 1 km². Hoje, o município ainda aguarda a oficialização da parte a mais solicitada ao Exército, porém, para usos do Parque essa porção da área já está incluída dentro dos seus limites.

De acordo com o representante da secretaria de meio ambiente, o superintendente de meio ambiente Anderson Ouro, atualmente o município tem o objetivo de trabalhar mais intensamente na área do Parque Natural do Gericinó, com projetos de recuperação ambiental da área, reflorestamento, Educação ambiental além de projetos esportivos e atividades físicas.

Não se almeja, no momento, estender a área sob a administração do município. Uma das pretensões que foi exposta é a da construção de muros para separar o Parque do restante da área do CIG, para evitar que curiosos ultrapassem os limites do PNG e promover mais segurança aos visitantes do Parque.

Um projeto da Prefeitura de Nilópolis em relação ao Parque é construir uma quadra poliesportiva, com a ajuda de verbas estatais, para incentivar o esporte local, mas segundo informações da Secretaria de Meio Ambiente não foi dado prosseguimento as obras devido ao corte de verbas. Hoje a obra inacabada acaba servindo de abrigo para usuários de drogas e comércio ilegal desses entorpecentes, portanto a prefeitura pretende derrubar os resquícios do início da obra e aguardar nova verba para dar continuidade ao projeto.

E em relação à construção de eixos viários ligando Nilópolis a bairros do município do Rio de Janeiro, existem projetos, mas, de acordo com o superintendente não são projetos do município somente e, sim em parceria com o Governo do Estado.

Em vista disso, fica claro que apesar de o plano diretor propor uma ocupação planejada da área do Gericinó, atualmente o município procura investir mais na parte que já está sob a administração do município, em princípio, sem grandes ambições para com o restante da área do CIG.

4. CONFLITOS E CONTRADIÇÕES

Em vista das informações angariadas, diversos conflitos e contradições são percebidos. A começar pelo Plano diretor do Município que é do ano 2006, quando o município estava sob o governo de Farid Abraão, que foi Prefeito de Nilópolis de 2001 a 2008. O Plano diretor traz uma divisão do município em macrozonas, como já visto, sendo uma delas a Área de Desenvolvimento Estratégico ocupado pelo Campo de Gericinó. Na própria Lei complementar são colocadas propostas de ocupação planejada para essa área, porém o EB, que no ano de 2008 cedeu uma área do CIG para Nilópolis, não tem nenhuma perspectiva em ceder mais partes e, ao que parece, não tem conhecimento algum das intenções do Município colocadas no plano diretor.

De acordo com o EB, a área que o plano diretor coloca como a única passível de expansão territorial da cidade de Nilópolis, não é própria para ser usada, já que a maior parte dessa área era onde se treinava tiros de artilharia. Atualmente, há grande possibilidade de existir detonadores no local que não explodiram ao serem lançados e ficaram enterrados podendo qualquer abalo na área provocar a explosão de algum desses. Dessa forma, não há viabilidade de ocupar a área com residências, atividades econômicas dentre outras se não houver antes a descontaminação da área.

Além disso, uma boa parte da área do CIG que faz parte geograficamente do município de Nilópolis, tem características geomorfológicas de brejo, ambientes alagadiços e alagáveis, ou seja, condições que não propiciam construções no local, nem de residências, nem de fábricas, não viabilizando a expansão do município para essa área.

Segundo o Plano Diretor seriam feitos estudos de viabilidade, urbanísticos e de financiamento da ocupação planejada de Gericinó, porém não há documentos sobre os estudos disponíveis, possibilitando concluir que esses não foram realizados. Tais estudos seriam de grande importância, para que ficassem bem definidas as áreas não adequadas para construções, nesse caso, a maior parte da área. Se houvesse o estudo da área também saberiam que existe no local um polígono de tiros, com detonadores enterrados, o que também não viabiliza a construção de casas e nem de edificações com fim de promover a atividade econômica.

A perspectiva de criação de eixos viários, possibilitando ampliar as ligações metropolitanas, é uma das poucas ideias possíveis e que vem sendo planejada tanto pelo o EB quanto por Nilópolis. Ambos informaram sobre os planos de juntamente com o Governo

Federal construir vias de interligação do município de Nilópolis com bairros do Rio de Janeiro e demais vias estruturantes. Segundo o Sargento do Exército Luciano Machado e o Superintendente de meio ambiente Anderson, já existem até projetos prontos desses viários. Porém o EB teme ainda em relação à área contaminada com explosivos no polígono de tiro, caso seja necessário mexer no local para a construção dessas vias.

Ao comparar as propostas do Plano Diretor de Nilópolis com os estudos realizados para o Plano de Manejo do Parque Natural do Gericinó, encontram-se também diversas contradições.

O Plano de manejo participativo foi formulado no ano de 2011, quando Nilópolis estava sob o governo de Sergio Sessim, que foi Prefeito do município de 2009 a 2012. O secretário de obras, urbanismo, meio ambiente e desenvolvimento sustentável na época era Jaime Galvão, sendo essa a única secretaria existente, atualmente existe a secretaria de obras e urbanismo e a secretaria de meio ambiente. A equipe técnica responsável pela elaboração do plano de manejo foi composta pela analista ambiental Leandra Arguelo e pela bióloga Elisangela Pereira de Jesus.

Conforme a proposta de zoneamento do PNG no plano de manejo, toda essa área do Campo de Instrução do Gericinó dentro de Nilópolis está como Zona de Amortecimento do Parque. Segundo o SNUC na zona de amortecimento as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, já que essa é a área do entorno de uma Unidade de Conservação. Sendo o PNG uma Unidade de Conservação, a área do CIG não poderá ser usada para fins não condizentes com os de uma zona de amortecimento, sem restrições ou para implantar atividades lesivas ao meio ambiente.

Um ponto relevante é o fato de o Plano Diretor fazer propostas de ocupação planejada da área de desenvolvimento estratégico do Gericinó e o Plano de manejo do PNG por outro lado trazer uma ideia de preservação dos recursos naturais na região e recuperação da área degradada. No Plano diretor a preservação ambiental era apenas uma das propostas para a ocupação da área, e já no plano de manejo, o foco principal é a conservação do ambiente natural.

Isso pode ser devido a grande proporção que tomou as questões ambientais de alguns anos para cá e também por ter sido feito algum estudo, mesmo que só na área do Parque natural do Gericinó, o qual mostrou as reais possibilidades de uso da área do Parque e do restante do CIG.

Uma questão polêmica é o fato de em 2013 o INEA ter elaborado uma proposta de criação do Parque Estadual do Mendanha. O Exército não aceitou bem a proposta, pois, de acordo com as informações do EB, o órgão ambiental não o consultou sobre a criação do Parque, já que esse faz limite com o Campo de Instrução. Sendo um Parque Natural, e não mais uma APA, os usos do CIG pelo EB seriam mais restritos e sendo de fato consolidado o Parque Estadual a área do CIG dentro de Nilópolis além de ser zona de amortecimento do PNG será zona de amortecimento também do Parque Estadual do Mendanha.

Segundo o EB, esse caso ainda não foi finalizado, então existem dois mapas usados por eles para representação dessa área: o da APA Gericinó- Mendanha e o do Parque Estadual do Mendanha.



Figura 7: Mapa Parque Estadual do Mendanha.

Por fim, outra incoerência encontrada após a análise dos dados coletados, é o fato de o Mapa de Zoneamento urbano cedido pela Secretaria de Obras do atual governo do município, que tem como Prefeito Alessandro Calazans, não ser compatível com o Zoneamento proposto no Plano Diretor de 2006. No mapa que existe atualmente o Zoneamento é o seguinte:

- I- Zona Central – ZC
- II- Zona Residencial I – ZR1
- III- Zona Residencial II – ZR2
- IV- Zona Residencial III – ZR3
- V- Zona Especial – ZE

MAPA DO MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS ZONEAMENTO URBANO

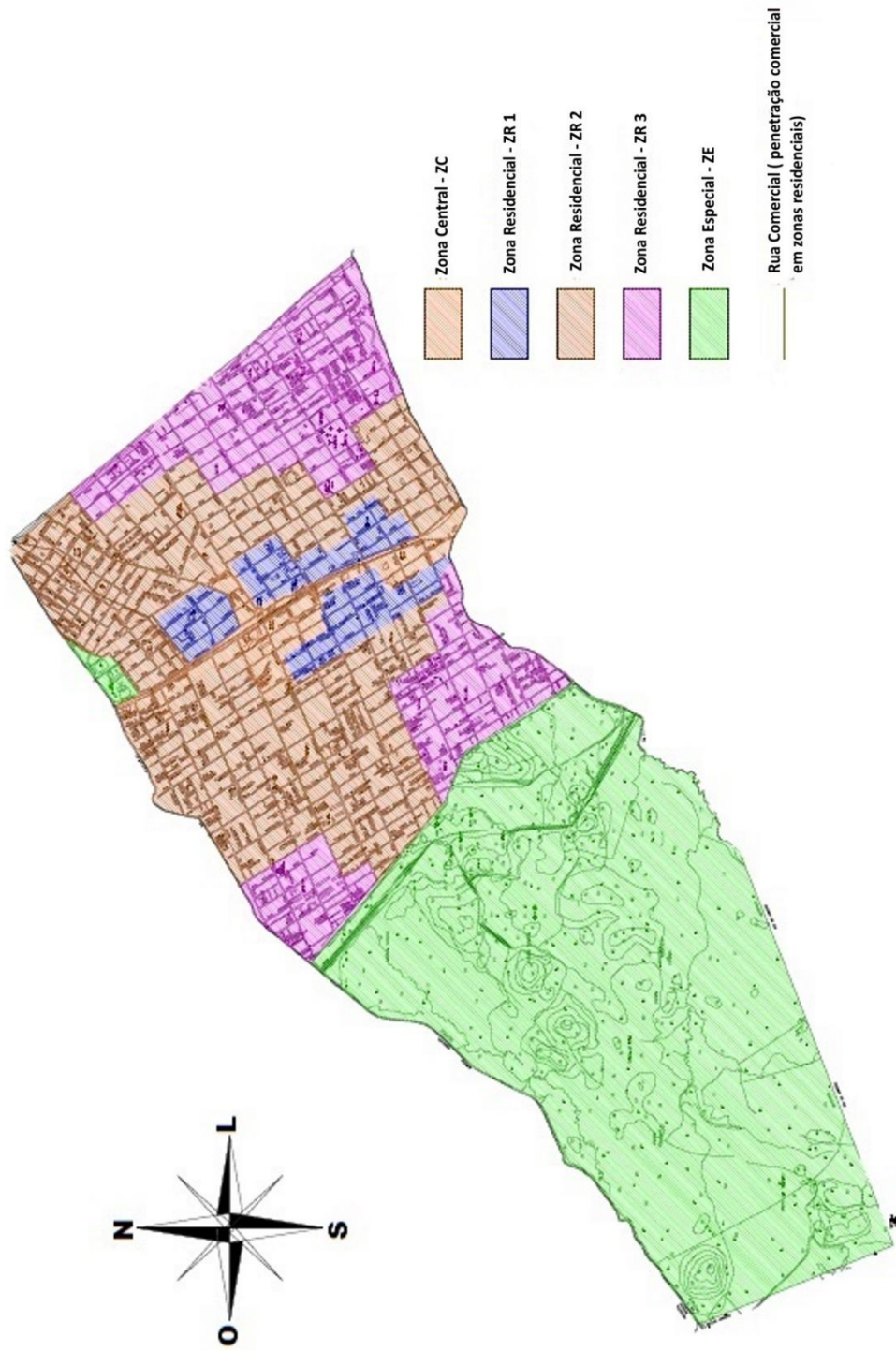


Figura 9: Mapa do município de Nilópolis: Zoneamento urbano.

Sendo a Zona Especial, no mapa de Zoneamento Urbano, o que é chamado no Plano diretor de Área de Desenvolvimento estratégico do Gericinó e as demais Zonas acima seria a Área Urbana consolidada.

Essa contradição confirma que um dos maiores problemas de gestão do município de Nilópolis em relação ao seu território é o conflito de interesses: entre um governo e o outro que o sucede e desses com o Exército. Ao iniciar novos projetos, o governante do momento não busca conhecer aquilo que o município já tem como proposta para o tema em questão e acaba elaborando algo novo sem atualizar e modificar o que já existe e ao juntar as informações encontram-se diversas contradições e incoerências.

5. CONCLUSÃO

Os estudos acerca do Campo de Instrução do Gericinó permitiram constatar grandes divergências entre as diferentes esferas (Município, Estado e União) ao se tratar da gestão do território em questão.

Quanto às perspectivas do EB e do município em relação à área do CIG, percebe-se que não há pontos comuns, muito mais que isso, o que parece é que as instituições desconhecem os objetivos uma da outra. À medida que Nilópolis tem em seu Plano Diretor propostas de um Plano de Desenvolvimento Estratégico para a área do Gericinó, o Exército não pretende ceder mais nenhuma área para o município desenvolver seus projetos.

Ao tratar sobre o Plano de Gestão Ambiental para a área do CIG, que é uma determinação para as OM, o que se sabe é que esse está em elaboração. Porém, não há informações sobre estudos, embasamentos técnicos e sobre a utilidade do PGA em elaboração. A Falta de Plano de Gestão Ambiental para essa área colabora com o conflito existente na gestão desse território, já que não há documentados estudos sobre o local em questão, nem medidas de redução de impactos ambientais e muito menos planos de orientação para um uso sustentável da área, que é uma zona de amortecimento e deveria ter restrições relacionadas ao seu uso.

O Alto Comando do EB, a partir de suas diretrizes e políticas ambientais, tem tentado estabelecer normas que visem um posicionamento ativo do Exército em relação às questões ambientais. Entretanto, ainda há a inobservância destas diretrizes por parte de algumas OM, como por exemplo, a OM gestora do CIG. Isso demonstra a grande necessidade de debater a questão ambiental nos diversos níveis de gestão do EB.

É importante que se invista realmente na elaboração do PGA para a área do CIG, porque além de não possuir um Plano de Gestão Ambiental, foram identificadas e relatadas pouquíssimas ações com objetivo de reduzir impactos ambientais. Além disso, é de extrema necessidade capacitar recursos humanos na área de preservação e conservação do meio ambiente.

Outra questão tratada é a cessão de áreas do CIG a municípios que fazem limite com o Campo de Instrução, como Nilópolis e Mesquita. As áreas cedidas estão tendo gestões e tratamento bastante distintos, mesmo existindo um termo de cessão acordando a criação de um Parque Natural na área cedida, Mesquita, diferente de Nilópolis, não criou o Parque, e segundo o EB não existe uma boa relação entre o município de Mesquita e o Exército. De acordo com o EB, a relação com Nilópolis é muito boa e existe abertura do Município para diálogos e acordos.

Já que existe uma cooperação e um bom relacionamento entre o EB e o município, poderia ser acordada uma gestão compartilhada da área do CIG, ou seja, O EB juntamente com Nilópolis elaborar projetos e executá-los com o apoio da Prefeitura e da União representada da figura do EB. Assim, têm-se dois responsáveis para zelar, preservar, restaurar e utilizar a área com todas as restrições previstas para uma Zona de Amortecimento.

Em relação ao conflito tratado no trabalho entre o Plano de Manejo do PNG e o Plano Diretor do Município, foram percebidas muitas divergências. Porém percebe-se que grande parte dessas divergências se dá devido ao período em que esses documentos foram elaborados e ao governo da época. O Plano Diretor, que é do ano de 2006, tem uma visão de planejamento estratégico, diferente do Plano de Manejo do PNG, que é de 2011, que trata a área como uma Zona de Amortecimento. Portanto, há uma necessidade de revisão e atualização do Plano Diretor no que diz respeito à área do Gericinó. E, também é importante, uma revisão no Plano de Manejo para que esse fique de acordo com o Plano Diretor.

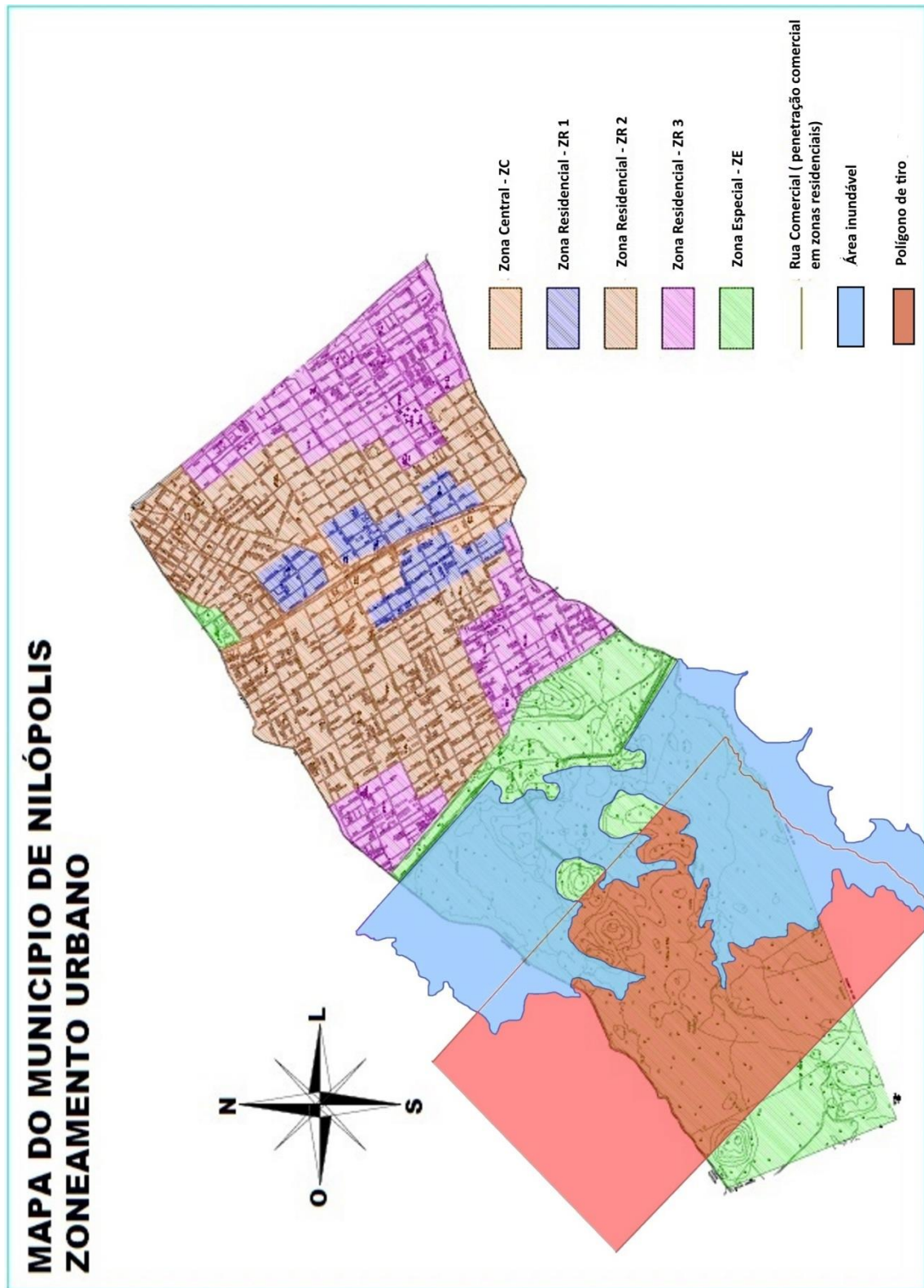


Figura 10: Mapa do Zoneamento Urbano de Nilópolis sobreposto pela área inundável e pelo polígono de tiro dentro do CIG.

A Zona de Amortecimento funciona como um filtro, uma barreira contra as agressões externas à Unidade de Conservação, evitando a degradação e prevenindo a integridade da área. E, por isso, as atividades admitidas estão sujeitas a normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo.

No caso do PNG, é importante que seja dada uma maior atenção para a Zona de Amortecimento já que a área sofre uma grande pressão urbana por parte do município de Nilópolis e usos contínuos de algumas partes pelo Exército. Uma revisão do Plano de Manejo do PNG poderia ser realizada, propondo regras mais restritivas em relação ao uso da Zona de Amortecimento e também trazendo melhores orientações para o uso do Parque pela população

A não definição do zoneamento do CIG pelo Exército ou pelo Exército junto com o município e a gestão falha dessa área, a deixa mais vulnerável a invasões, ao uso inadequado e a acidentes. Logo, as perspectivas do município, expressos no Plano Diretor, para essa área, não são viáveis, e para o EB essa área também não será de muito proveito já que não há a possibilidade de usar a área para treinamento e acampamento militar, visto que já houve acidente com detonadores enterrados no local.

Analisando os mapas da região, conclui-se que essa área possui diversas inviabilidades como, áreas contaminadas com explosivos, áreas alagadas e inundáveis dentre outras, restando apenas uma pequena área com possibilidade de uso (Figura 10). Portanto, o mais adequado seria que essa área fosse incluída como área do Parque Natural do Mendanha proposto pelo INEA em 2013. Dessa forma a área se tornaria de proteção Integral, ou seja, com muito mais restrições de uso, sendo permitidas apenas em alguns casos atividades como pesquisa científica, por exemplo.

A gestão da área do CIG possui grandes dificuldades de gestão, pois a existência de dois possíveis gestores, o EB e o município de Nilópolis, acaba dificultando algumas ações dessas instituições no CIG devido às divergências e conflitos existentes. E, há ainda, o fato de o próprio município ter perspectivas contrárias em seu Plano Diretor e Plano de Manejo dificultando ainda mais o gerenciamento da área. Logo, a proposta de uma gestão compartilhada e a criação de um Plano de Gestão Ambiental são as primeiras ações essenciais a serem tomadas para que sejam identificadas melhorias na gestão da área estudada.

6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. **Decreto-lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Presidência da República- Casa Civil.

_____. **Portaria do Exército Brasileiro nº 570, de 6 de novembro de 2001.** Aprova a Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro.

_____. **Portaria do Exército Brasileiro nº 571, de 6 de novembro de 2001.** Aprova a Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro

_____. **Portaria do Exército Brasileiro nº 050, de 11 de julho de 2003.** Aprova a Orientação para a Elaboração dos Planos Básicos de Gestão Ambiental.

CARVALHO, Pompeu F. de; BRAGA, Roberto (orgs.). **Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias.** Rio Claro: LPM-UNESP, 2001. pp. 95 a 109. (ISBN 85-89154-03-3).

COSTA, N. M. C. da; COSTA, V. C. da ; SANTOS, J. P. C. dos. **Definição e Caracterização de Áreas de Fragilidade Ambiental, com Base em Análise Multicritério, em Zona de Amortecimento de Unidades de Conservação.** In: 12o Encontro de Geógrafos de América Latina - EGAL 2009, 2009, Montevideo - Uruguai. 12 Encontro de Geógrafos de América Latina - Caminando en una América Latina en transformación, 2009.

FREITAS, M.A.V.de; RIBEIRO, M.F; COSTA, V.C. **O desafio da gestão ambiental de zonas de amortecimento de unidades de conservação.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro - IVIG/COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FURLAN, S.A. **Manual de gestão de unidades de conservação: Zona de Amortecimento.** Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/>> acessado em: 06/10/2015 as 09:51h.

GUIMARÃES, H.B. de. **Gestão ambiental em áreas sob a tutela do Exército Brasileiro: o caso do campo de instrução Marechal Newton Cavalcante – Pernambuco – Brasil.** 2008.

Dissertação (Mestrado em gestão e políticas ambientais) – Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, 2008.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 3 de abril de 1958. Disponível em: <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=9493>> acessado em: 20/07/2015 as 10:30h.

NUNES, R.F. et al. **Meio ambiente e Defesa Nacional: Brasil. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército**, ECEME, Coleção Meira Mattos, revista das ciências militares, nº 25, 1º quadrimestre 2012. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NILÓPOLIS. Lei Complementar nº 68, de 03 de outubro de 2006, **Institui o Plano Diretor do Município de Nilópolis nos termos do artigo 182 da Constituição Federal, da Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade e da Lei Orgânica do Município de Nilópolis, em substituição à Lei Complementar número 04 de 24 de setembro de 1991**, 2006.

_____. **Plano de manejo Parque Natural do Gericinó**, 2011.

RESENDE, C.R.; COSTA, W.S.; LIMA J.R.P.A de. **O Exército Brasileiro e a gestão ambiental da Amazônia no século XXI: uma visão estratégica**. 2004. Pituba, Salvador – BA, Brasil.

RIBEIRO, M.P.; FREITAS, M.A.V. de; COSTA, V.C. **O desafio da gestão ambiental de zonas de amortecimento de unidades de conservação**. 2010. VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física, II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, Universidade de Coimbra, Maio de 2010.

SANTOS, Arnaldo Silva. **Subsídios à implantação da gestão ambiental em áreas militares do Exército Brasileiro, tendo como Estudo de Caso o Campo e Instrução de Formosa-GO**. Brasília, UCB, 2005, 188 p. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **Ambiente e sociedade na Baixada Fluminense**. Mesquita: Editora Entorno, 2011.

_____. **A cidade Estilhaçada**. Mesquita: Editora Entorno, 2007.

SMOLENTZOV, D. **Zona de Amortecimento de Unidade de Conservação da Natureza**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de Mestrado, 2013.

SOUZA, M. J. L. **O Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E. de et al. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Brasil, 1995.

VASQUES, P. H. R. **A Aplicação do Plano de Manejo, Zona de Amortecimento e Corredores Ecológicos na proteção da Biodiversidade**. Relatório do NIMA – Núcleo Interdisciplinar do Meio Ambiente, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <<http://www.nima.puc-rio.br/index.php>>

VIO, A. P. A. 2001. **Zona de amortecimento e corredores ecológicos**. In: BENJAMIN, A. H. *Direito ambiental das áreas protegidas – o regime jurídico das Unidades de Conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 348-360.

Site: <http://www.nilopolis.rj.gov.br/a-historia/> (acessado em: 20/07/2015).

Site: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330320> (acessado em: 20/07/2015).